

# Dívida do Brasil preocupa bancos dos EUA

A incapacidade brasileira de pagar centenas de milhões de dólares em juros de empréstimos feitos por bancos norte-americanos com sede em Nova York poderá afetar significativamente os lucros dessas instituições no terceiro trimestre de 1983 e nos meses seguintes. Essa preocupação dos banqueiros nova-iorquinos foi revelada ontem pelo *Wall Street Journal*, citando fontes de bancos como o Morgan Guaranty Trust, Citibank, Chemical, Manufacturers Hanover e o Bankers Trust.

De acordo com o jornal, os banqueiros estão preocupados "especialmente com a precária situação financeira do País e com a lentidão com que estão se desenvolvendo as suas negociações com o FMI".

A publicação informa ainda que, estando o Brasil atrasado em mais de 90 dias no pagamento de vários empréstimos milionários obtidos em Nova York, os bancos prejudicados se verão na obrigação legal de declarar às autoridades bancárias estatais que essas operações são improdutivas, a menos que o governo brasileiro coloque suas obrigações em dia antes de 30 de setembro.

Recentemente, alguns bancos nova-iorquinos se encontraram na mesma situação com relação aos

empréstimos concedidos à Polônia e à Argentina, mas o caso do Brasil inquieta especialmente os dirigentes das instituições financeiras envolvidas por causa da grande magnitude dos juros devidos pelo Brasil, explicou o *Wall Street Journal*.

Segundo uma fonte bancária ouvida pelo jornal, se as instituições financeiras fossem obrigadas a declarar improdutivas suas operações com o Brasil, isso "seria muito prejudicial" para as negociações que as autoridades brasileiras vêm mantendo há mais de nove meses com cerca de 700 credores estrangeiros, na tentativa de renegociar sua dívida de 90 bilhões de dólares e obter novos recursos.

Na opinião de Thomas Macy, da Price Waterhouse, o atraso do Brasil no pagamento dos juros que deve ao mercado internacional "está criando problemas" em relação a outros empréstimos ao governo brasileiro.

— Os bancos e seus auditores poderiam ver-se obrigados a decidir se todos os empréstimos contraídos pelo governo brasileiro deveriam ser classificados como improdutivos, no caso de ser necessário considerar como tal algumas operações que contam com a garantia desse governo — afirmou Macy ao *Wall Street Journal*.